



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju  
quarta-feira • 05 de fevereiro de 2014

Na manhã de ontem, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma audiência pública para discutir o problema do déficit de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF), denunciado em relatório pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (Coren). Devido à falta de alternativa para solução imediata da questão, o órgão ajuizará nos próximos dias mais uma ação

civil pública em face do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS).

Segundo a presidente do Coren, Gabryella Garibalde, há um grande déficit de trabalhadores da área na unidade hospitalar e, inclusive, além dessa lacuna, existem profissionais que atuam ilegalmente, ou seja, sem o registro perante o Conselho.

“O Conselho vem pleiteando há dois anos junto a FHS a contratação de mais profissionais

da área para o HGJAF, mas, como não se obteve nenhum avanço, a ação civil pública será o único caminho. E encontramos durante a fiscalização vários profissionais ilegais, sem o registro no Coren, e outros auxiliares de enfermagem, por exemplo, exercendo a atividade de técnico”, denuncia.

Ainda de acordo com Gabryella, outro problema denunciado pelos próprios profissionais é a falta de material básico no hospital. “Falta até roupa privativa para ser usada pelos profissionais na UTI e nos centros cirúrgicos. Isso

é um grande problema e não dá nenhuma condição de trabalho. O hospital tem uma demanda muito maior do que deveria ter e tem áreas com 175% da taxa de ocupação. Então, imagine como fica a situação com menos profissionais em atividade e faltando material. A FHS informou que adquiriu recentemente os materiais e vamos aguardar para fazermos outra fiscalização”, conta.

Durante a audiência, o procurador-chefe da FHS, Diego Freitas, informou que o órgão vem tomando providências para

solucionar o déficit de profissionais na unidade e que será aberto um processo seletivo simplificado para a contratação de mais trabalhadores.

“Sabemos da lacuna e temos trabalhado para que as escalas fiquem todas completas. Faremos a abertura do processo seletivo simplificado, para a contratação imediata de profissionais e logo em seguida será aberto concurso público para suprir a deficiência”, explica Diego Freitas.

• MPE

Já à promotora de Saúde do

MPE, Euza Missano, reforça a tese de que a deficiência de profissionais prejudica a assistência à população.

“Com certeza a lacuna de enfermeiros, técnicos e auxiliares prejudica a assistência e isso é um problema grave. Fizemos audiência em novembro do ano passado e, agora, mais uma. Como não houve alternativa para solução imediata do déficit, o MPE ajuizará mais uma ação civil pública contra o Estado e a FHS e esperamos que isso seja resolvido”, conclui.